


A INFLUÊNCIA DAS RELIGIÕES NA FORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS E POLÍTICAS AO LONGO DA HISTÓRIA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.477112501047>

Data de aceite: 29/09/2025

Wallace Moacir Paiva Lima

INTRODUÇÃO

RESUMO: Este estudo analisa a relação histórica entre religião e política, investigando como diferentes sistemas religiosos moldaram estruturas sociais e políticas desde a Antiguidade até a Idade Média. O trabalho explora o papel das crenças religiosas na legitimação do poder político, na organização social e na manutenção da ordem pública. A pesquisa adota uma metodologia interdisciplinar, combinando fontes primárias e secundárias com análises comparativas entre contextos históricos diversos. Através dessa abordagem, o estudo revela que a religião foi fundamental para a construção de identidades coletivas, o estabelecimento de normas sociais e a perpetuação de sistemas políticos, desempenhando papel de agente tanto de coesão quanto de conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Política. Sociedade. História. Poder Político.

A relação entre religião e poder é uma constante na história da humanidade. Desde os primeiros agrupamentos humanos até as sociedades modernas, a religião desempenhou um papel essencial na legitimação do poder político, na estruturação das relações sociais e na formulação de sistemas de valores morais. Se por um lado governantes frequentemente recorreram às crenças religiosas para justificar suas ações, legitimar seu poder e manter a coesão social, por outro lado, a religião também foi usada como ferramenta de resistência, mobilizando comunidades em busca de justiça social ou liberdade política.

A importância desse estudo reside na compreensão da interdependência entre religião e política ao longo dos tempos. Enquanto na Antiguidade a religião era inseparável da autoridade política, na Idade Média a Igreja Católica e o Califado Islâmico moldaram o destino de nações inteiras.

As transformações nas religiões acompanharam o processo histórico e social no decorrer da história e permanecem, até os dias de hoje, como elemento central na definição e resolução dos principais conflitos contemporâneos. Ao investigar essas relações o presente trabalho busca lançar luz sobre como as dinâmicas religiosas influenciaram e ainda influenciam o desenvolvimento das sociedades humanas.

Contextualização do tema

Ao longo da história, religião e política coexistiram em uma relação simbiótica. Na Antiguidade as estruturas de poder dependiam fortemente da religião para validar seu domínio: no Egito Antigo os faraós eram considerados deuses vivos; em Roma, os imperadores eram cultuados como divindades. Na Idade Média a Igreja Católica era a instituição mais poderosa da Europa, enquanto no Oriente Médio o Califado Islâmico representava a fusão entre autoridade religiosa e governança política.

Atualmente essa relação continua relevante. Movimentos fundamentalistas, políticas públicas baseadas em princípios religiosos e tensões entre Estado laico e instituições religiosas ilustram a permanência dessa dinâmica histórica. Compreender essa trajetória é essencial para analisar os desafios políticos e sociais contemporâneos.

Objetivos do estudo

- Investigar como as religiões moldaram estruturas sociais e políticas em diferentes períodos históricos;
- Analisar os mecanismos pelos quais a religião legitimou ou contestou o poder político;
- Identificar padrões comuns nas relações entre religião e política ao longo do tempo;
- Refletir sobre as implicações contemporâneas dessa relação histórica.

Metodologia de pesquisa

A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar integrando história, sociologia, ciência política e teologia. A metodologia inclui:

- Análise documental. Textos religiosos e registros históricos;
- Revisão bibliográfica. Obras de autores clássicos como Max Weber, Émile Durkheim e Karen Armstrong;
- Análise comparativa. Contextualização das relações entre religião e política em diferentes períodos históricos.

RELIGIÃO E SOCIEDADE NA ANTIGUIDADE

A religião na Antiguidade era um elemento central na vida pública e privada, funcionando como fundamento moral, jurídico e político das sociedades antigas. As crenças religiosas legitimavam o poder político, orientavam a vida social e determinavam práticas culturais.

Religião na Mesopotâmia

Na Mesopotâmia as cidades-estados possuíam templos dedicados às divindades locais, os quais também funcionavam como centros administrativos e econômicos. O rei era visto como representante direto dos deuses, encarregado de garantir a ordem cósmica e a justiça social.

Exemplo: o “Código de Hamurabi”, um dos primeiros conjuntos legais da história, fundamentava suas leis na vontade divina, simbolizando a autoridade sagrada do governante.

Religião no Egito antigo

No Egito o faraó era considerado um deus vivo, uma encarnação de Hórus e filho de Rá. Esse caráter divino legitimava seu poder absoluto e suas políticas públicas. Os templos, além de espaços religiosos, também exerciam funções administrativas e econômicas.

Exemplo: a construção das pirâmides de Gizé não era apenas uma demonstração de poder, mas também uma representação de uma forma de organização social do trabalho e a afirmação espiritual sobre a eternidade do faraó.

Religião na Grécia e Roma

Na Grécia Antiga a religião influenciava a política através dos oráculos e festivais e em Roma a religião era uma ferramenta de coesão social. O imperador detinha o título de “Pontifex Maximus”, unindo poder político e espiritual.

Exemplo: o Senado Romano consultava os oráculos antes de iniciar campanhas militares.

RELIGIÃO E POLÍTICA NA IDADE MÉDIA

A Idade Média (séculos V ao XV) foi um período marcado pela profunda interdependência entre religião e política. Durante esse tempo o Cristianismo na Europa e o Islã no Oriente Médio e norte da África desempenharam papéis fundamentais na organização das sociedades, na definição de estruturas políticas e na legitimação do poder. Ambas as religiões, apesar de suas diferenças teológicas e culturais, compartilharam um traço comum: a fusão entre autoridade espiritual e poder político.

Enquanto na Europa medieval a Igreja Católica estabeleceu uma estrutura hierárquica complexa que influenciava diretamente reis e nobres, no mundo islâmico o Califado tornou-se o principal sistema de governança, onde os poderes político e religioso eram inseparáveis.

Cristianismo na Europa medieval: o poder da Igreja Católica

O Cristianismo tornou-se a religião dominante na Europa Ocidental após a queda do Império Romano. Durante a Idade Média a Igreja Católica se consolidou como a instituição mais poderosa do continente europeu, desempenhando papéis religiosos, políticos, econômicos e culturais. Seu poder transcendia fronteiras nacionais e era capaz de influenciar diretamente as decisões dos monarcas.

A aliança entre o poder político e o poder religioso

Com a queda de Roma em 476 d.C. a Europa entrou em um período de fragmentação política. Nesse cenário caótico a Igreja Católica emergiu como a única instituição estável e unificadora. O Papa tornou-se não apenas o líder espiritual do Cristianismo ocidental, mas também uma figura de autoridade política.

- Exemplo histórico: o Papa Leão III coroou Carlos Magno como Imperador do Sacro Império Romano-Germânico em 800 d.C. Esse ato não apenas legitimou o poder de Carlos Magno, mas também simbolizou a supremacia do poder espiritual sobre o temporal.

Esse padrão se repetiria ao longo da Idade Média, com reis e imperadores buscando a aprovação papal para legitimar seus reinados. Em troca, a Igreja exigia fidelidade, tributos e a proteção de suas terras e interesses.

O Feudalismo e a Igreja Católica

No sistema feudal europeu a Igreja desempenhava um papel central na manutenção do poder local. Grandes porções de terras estavam sob o controle direto da Igreja, que se tornara a maior proprietária de terras da Europa medieval.

- Importância econômica: a Igreja arrecadava impostos como o dízimo (10% da produção agrícola) e acumulava riqueza por meio de doações e heranças.
- Importância social: os clérigos frequentemente atuavam como conselheiros de nobres e reis, influenciando diretamente decisões políticas importantes.

Além disso, a Igreja controlava a educação formal e era responsável pela preservação do conhecimento clássico por meio dos mosteiros medievais, que funcionavam como centros de estudo e cópia de manuscritos.

As Cruzadas: religião como ferramenta política

Entre os séculos XI e XIII, as Cruzadas foram uma série de expedições militares organizadas pela Igreja com o objetivo declarado de retomar Jerusalém do domínio islâmico. Contudo, as Cruzadas também serviram para consolidar o poder político do papado e reforçar alianças com monarquias europeias.

- Exemplo histórico: a Primeira Cruzada (1096-1099) foi convocada pelo Papa Urbano II no Concílio de Clermont. A mobilização de milhares de europeus em nome da fé cristã demonstrou o imenso poder de mobilização da Igreja.

A Querela das Investiduras

Um dos momentos mais emblemáticos da disputa entre poder político e religioso foi a Querela das Investiduras (1075-1122), um conflito entre o Papa Gregório VII e o imperador Henrique IV sobre quem tinha o direito de nomear bispos.

- Desfecho histórico: a disputa terminou com o Concordato de Worms (1122), o qual estabeleceu que apenas o Papa poderia nomear bispos, mas o imperador teria o direito de veto.

Esse episódio simboliza a luta contínua pelo poder entre o Papado e as monarquias europeias, ilustrando a complexa relação entre Igreja e Estado.

Islamismo e o Califado: a união entre política e fé

No mundo islâmico a relação entre religião e política também foi profundamente entrelaçada. Após a morte do profeta Maomé em 632 d.C., a liderança do mundo islâmico foi centralizada na figura do califa, que era simultaneamente líder político e religioso. O Califado tornou-se um sistema de governança teocrático, onde a Sharia (lei islâmica) servia como base legal, espiritual e moral.

A fundação do Califado

Após a morte de Maomé, o Califado foi estabelecido sob a liderança dos Califas Rashidun (os califas bem guiados). Esses primeiros líderes islâmicos desempenharam um papel crucial na expansão territorial e na disseminação do Islã.

- Exemplo histórico: o Califado Omíada (661-750) expandiu o domínio islâmico até a Península Ibérica, tornando Córdoba um dos centros culturais mais importantes do mundo islâmico.

A Sharia: política e religião unificadas

A lei islâmica (Sharia) era um sistema jurídico baseado no Alcorão e nos “Hadiths” (ditos e feitos do profeta Maomé). Essa legislação abrangia todos os aspectos da vida, desde questões familiares até políticas públicas.

- Importância política: o califa era responsável por garantir que todas as leis estivessem de acordo com a Sharia.
- Exemplo histórico: o Califado Abássida (750-1258) estabeleceu Bagdá como sua capital, transformando-a em um centro cultural, científico e político do mundo islâmico.

O papel dos eruditos islâmicos

Os ulemas (eruditos religiosos) desempenhavam um papel central no aconselhamento político. Eles interpretavam a Sharia e ajudavam na formulação de políticas públicas.

- Exemplo histórico: durante o Califado Abássida, o jurista islâmico Al-Mawardi escreveu “Al-Ahkam al-Sultaniyya”, uma obra que detalhava os deveres dos governantes muçulmanos.

Conflitos e fragmentação

Com o passar do tempo o Califado sofreu divisões internas, resultando na fragmentação política. Surgiram califados independentes, como o Califado de Córdoba e o Califado Fatímida no norte da África.

RELIGIÃO E COLONIALISMO

O período colonial, que se estendeu entre os séculos XV e XIX, foi marcado pela expansão territorial e cultural das potências europeias e islâmicas. Durante esse processo a religião serviu como ferramenta central para justificar conquistas, legitimar o domínio estrangeiro e moldar as estruturas sociais e políticas das regiões colonizadas. O Cristianismo e o Islamismo, as duas principais religiões envolvidas na expansão colonial, não apenas influenciaram as relações políticas, mas também desempenharam papéis essenciais na educação, cultura e identidade das populações colonizadas.

Enquanto as potências europeias, predominantemente cristãs, expandiram seu domínio através das missões religiosas e da conversão forçada, o mundo islâmico utilizou o comércio, a expansão territorial e os centros culturais para disseminar sua fé. A religião, portanto, não foi apenas um instrumento de poder, mas também um veículo para a construção de identidades culturais híbridas nas colônias.

A expansão do cristianismo no período colonial

Cristianismo como ferramenta de dominação política

A expansão marítima europeia, iniciada no século XV, trouxe consigo um forte componente religioso. Portugal e Espanha, os pioneiros nas Grandes Navegações, tinham como objetivo declarado a conversão dos povos “pagãos” ao Cristianismo, legitimando suas ações por meio da missão divina.

- Exemplo histórico: a Bula “Inter Coetera” (1493), emitida pelo Papa Alexandre VI, concedeu à Portugal e Espanha o direito de colonizar novas terras sob a condição de converter seus habitantes ao Cristianismo.
- Instrumento político: as missões religiosas serviam como ponta de lança para a ocupação territorial, com missionários frequentemente estabelecendo assentamentos antes mesmo dos colonizadores militares.

O papel das missões religiosas

As ordens religiosas, como os Jesuítas, Franciscanos e Dominicanos, tiveram um papel central no processo de colonização. Eles atuavam não apenas na conversão religiosa, mas também na estruturação das colônias, estabelecendo escolas, hospitais e centros administrativos.

- Exemplo histórico: no Brasil colonial os Jesuítas fundaram missões conhecidas como Reduções Jesuíticas, onde indígenas eram catequizados e submetidos ao estilo de vida europeu.
- Impacto social: a religião cristã foi utilizada para justificar o trabalho forçado dos indígenas, argumentando que o sofrimento terreno era uma preparação para a recompensa eterna.

A fusão entre religião e poder colonial

A religião não era apenas uma ferramenta espiritual, mas também um mecanismo de controle político e econômico. A conversão ao Cristianismo muitas vezes significava submeter-se ao domínio político europeu.

- Exemplo histórico: na África a imposição do Cristianismo foi acompanhada pela destruição de sistemas religiosos tradicionais, que eram considerados “primitivos” ou “diabólicos”.
- Reflexo atual: a imposição religiosa deixou marcas profundas nas sociedades colonizadas, influenciando desde a língua até a arquitetura e a legislação local.

Resistência religiosa nas colônias

Apesar do poder das missões cristãs, houve resistência significativa por parte das populações colonizadas. Muitos grupos indígenas e africanos mantiveram práticas religiosas tradicionais, adaptando elementos cristãos às suas crenças.

- Exemplo histórico: no Brasil a formação de quilombos (como o Quilombo dos Palmares) foi acompanhada pela preservação de práticas religiosas africanas.
- Hibridismo cultural: surgiram manifestações sincréticas, como o Candomblé e a Umbanda, que combinam elementos cristãos com religiões africanas.

A expansão do Islamismo no contexto colonial

A difusão do Islã pelo comércio e conquista

Diferente do Cristianismo, que se expandiu principalmente através das missões religiosas e das potências europeias, o Islamismo cresceu por meio do comércio, da migração e das conquistas militares. Os comerciantes muçulmanos foram fundamentais na disseminação da fé islâmica ao longo da África, Ásia e partes da Europa.

- Exemplo histórico: a expansão islâmica pela Rota Transaariana conectou o norte da África com o Império de Mali, levando o Islã à regiões como Timbuktu.
- Papel do comércio: os mercadores muçulmanos não apenas comercializavam bens, mas também levavam consigo o Alcorão e práticas culturais islâmicas.

O Califado e as estruturas políticas coloniais

O Califado representava uma união entre fé e poder político. Nos territórios colonizados pelo Islã, a Sharia (lei islâmica) era utilizada como base para a governança.

- Exemplo histórico: o Império Otomano, que governou vastas regiões na África e Oriente Médio, impôs a lei islâmica e integrou diversas culturas sob a bandeira do Islã.

Educação e cultura islâmica nas colônias

A educação islâmica desempenhou um papel fundamental na consolidação do poder político. As Madrassas (escolas islâmicas) ensinavam não apenas o Alcorão, mas também direito, matemática e filosofia.

- Exemplo histórico: Timbuktu, no Império Mali, abrigava a Universidade de Sankore, um dos centros de ensino islâmico mais importantes do mundo medieval.

Em muitos territórios colonizados por potências europeias, o Islã tornou-se um símbolo de resistência cultural e política.

- Exemplo histórico: o movimento liderado por Abd el-Krim no norte da África contra a ocupação espanhola e francesa foi amplamente inspirado por princípios islâmicos.
- Impacto contemporâneo: o Islã ainda desempenha um papel crucial em movimentos políticos e sociais em países do Oriente Médio e do norte da África.

RELIGIÃO E POLÍTICA NA ERA MODERNA

A Era Moderna trouxe transformações significativas na relação entre religião e política. Se na Idade Média o poder político estava intrinsecamente ligado à autoridade religiosa, na Era Moderna surgiram movimentos que questionaram essa ligação, buscando redefinir os limites entre fé e Estado. Dois eventos históricos merecem destaque nesse contexto: a Reforma Protestante e as Revoluções Políticas, ambas responsáveis por moldar novas estruturas sociais e políticas no Ocidente.

Ao mesmo tempo, a religião não desapareceu do cenário político, pelo contrário, ela se adaptou às novas realidades e continuou a influenciar ideologias, movimentos sociais e políticas públicas.

A Reforma Protestante: ruptura e transformação política

O contexto histórico da Reforma

No início do século XVI a Igreja Católica enfrentava uma série de crises internas: corrupção, venda de indulgências, centralização do poder papal e práticas abusivas por parte do clero. Esse cenário preparou o terreno para uma ruptura que mudaria o curso da história europeia.

- Protagonista: Martinho Lutero, um monge agostiniano alemão, publicou suas 95 Teses em 1517, contestando abertamente a venda de indulgências e outros abusos do clero.
- Impacto inicial: a Reforma rapidamente se espalhou pela Europa, dando origem a diversas denominações protestantes, como luteranos, calvinistas e anglicanos.

As consequências políticas da Reforma

A Reforma Protestante não foi apenas um movimento religioso, e sim um amplo processo social que consolidou implicações políticas profundas. Ao contestar a autoridade centralizada do Papa, Martinho Lutero ofereceu aos governantes locais uma oportunidade para fortalecer seu poder político.

- Descentralização do poder: muitos príncipes alemães adotaram o Luteranismo como religião oficial, aproveitando para se libertar do controle político e econômico da Igreja Católica.
- Exemplo histórico: a Paz de Augsburg (1555) estabeleceu o princípio “Cuius Regio, Eius Religio” (“De quem é o poder, dele será a religião”), permitindo que cada príncipe escolhesse a religião de seu território.

A ética protestante e o espírito do capitalismo

No campo econômico, Max Weber argumenta em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” que o Protestantismo, especialmente o Calvinismo, desempenhou um papel crucial no surgimento do capitalismo moderno.

- Princípios centrais: o trabalho árduo, a disciplina e a busca por sucesso material como sinais da predestinação divina.
- Impacto econômico: o Protestantismo fomentou uma mentalidade mais voltada para o lucro e para o reinvestimento, favorecendo o crescimento econômico nas regiões protestantes.

A fragmentação da unidade religiosa europeia

A Reforma Protestante pôs fim à unidade religiosa da Europa medieval, resultando em guerras religiosas que devastaram o continente.

- Exemplo histórico: a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi um conflito devastador motivado por questões religiosas, políticas e territoriais.
- Desfecho: o Tratado de Vestfália (1648) encerrou o conflito e estabeleceu os princípios da soberania nacional e da não interferência em assuntos internos de outros Estados.

Revoluções políticas: a laicização do Estado

A Era Moderna também foi marcada por uma série de revoluções políticas que desafiaram a relação tradicional entre religião e Estado. Essas revoluções foram impulsionadas por ideias iluministas que defendiam a razão, a liberdade individual e a separação entre Igreja e Estado.

A Revolução Inglesa (1642-1689)

A Revolução Inglesa foi um dos primeiros movimentos que contestaram diretamente o poder absoluto do monarca e sua aliança com a Igreja Anglicana.

- Contexto: conflitos entre o rei Carlos I e o Parlamento inglês, motivados por disputas políticas e religiosas.

- Resultado: a deposição de Carlos I e a ascensão de Oliver Cromwell, que instituiu uma república puritana.
- Legado: a Revolução Gloriosa (1688) estabeleceu uma monarquia constitucional e a “Declaração de Direitos” (“Bill of Rights”), que garantiu a liberdade religiosa para os protestantes não anglicanos.

A Revolução Americana (1776)

Nos Estados Unidos, a separação entre Igreja e Estado tornou-se um princípio fundamental na nova república.

- Contexto: as 13 colônias americanas buscavam independência do domínio britânico.
- Importância: a Primeira Emenda da Constituição Americana garantiu a liberdade religiosa e proibiu o estabelecimento de uma religião oficial.
- Legado: os EUA tornaram-se um modelo de Estado laico, onde a religião poderia florescer livremente sem interferência estatal.

A Revolução Francesa (1789)

A Revolução Francesa representou um marco na laicização do Estado europeu, rejeitando abertamente o poder da Igreja Católica sobre o governo.

- Contexto: a França era dominada por um sistema feudal e pela forte influência do clero.
- Eventos importantes: a Declaração dos “Direitos do Homem e do Cidadão” (1789) afirmou a liberdade religiosa e a igualdade perante a lei.
- Impacto duradouro: a separação entre Igreja e Estado tornou-se um princípio central do sistema republicano francês.

RELIGIÃO E NACIONALISMO

O nacionalismo pode ser definido como uma ideologia que busca promover a identificação com uma nação específica, frequentemente enfatizando elementos culturais, históricos e, em muitos casos, religiosos como pilares dessa identidade. Ao longo da história, a religião desempenhou um papel central na construção de símbolos, narrativas e valores que fortalecem o sentimento de pertencimento nacional.

Em alguns contextos a religião serviu como ferramenta de unificação, oferecendo um senso de identidade coletiva e justificando lutas políticas. Em outros foi utilizada como instrumento de exclusão, marginalizando grupos considerados “estrangeiros” ou “heréticos”.

Religião como elemento identitário no nacionalismo

O papel da religião na construção das identidades nacionais

A religião sempre esteve profundamente ligada à formação das identidades locais, regionais e nacionais. Muitos movimentos nacionalistas utilizaram símbolos religiosos, narrativas sagradas e instituições eclesiásticas para reforçar o senso de unidade nacional.

- Exemplo histórico: na Polônia a Igreja Católica desempenhou um papel crucial na resistência contra ocupações estrangeiras, especialmente durante os períodos de dominação russa e alemã. A fé católica tornou-se sinônimo de identidade polonesa, fortalecendo a coesão social e política.
- Exemplo histórico: na Grécia, durante a luta pela independência contra o Império Otomano (1821-1832), a Igreja Ortodoxa Grega atuou como guardiã da identidade cultural e religiosa grega, fornecendo não apenas apoio espiritual, mas também liderança política.

Religião como ferramenta de legitimação nacional

Em muitos movimentos nacionalistas a religião foi utilizada como elemento legitimador do poder político. Governantes e líderes nacionalistas frequentemente apelavam para o caráter sagrado de suas missões, apresentando suas causas como vontade divina.

- Exemplo histórico: na Rússia czarista o Cristianismo Ortodoxo foi central para legitimar o poder do Czar, considerado o “protetor da fé”. A Igreja Ortodoxa Russa colaborava ativamente com o Estado para manter a ordem social e reforçar a autoridade do governante.
- Exemplo histórico: em Israel a criação do Estado em 1948 foi profundamente influenciada por elementos religiosos. O Judaísmo serviu como base para reivindicações históricas e culturais, reforçando o caráter nacional do Estado judeu.

O papel dos símbolos religiosos no nacionalismo

Símbolos religiosos - como cruzes, bandeiras com elementos sagrados e hinos inspirados em textos religiosos - frequentemente se tornaram representações do orgulho nacional.

- Exemplo histórico: o hino nacional britânico (“God Save the Queen/King”) traz diretamente elementos religiosos, pedindo proteção divina para o monarca.
- Exemplo histórico: o hino nacional de Israel (“Hatikvah”) incorpora elementos do Judaísmo, expressando esperança e conexão espiritual com a terra prometida.

Conflitos religiosos no contexto nacionalista

O nacionalismo como ferramenta de exclusão religiosa

Embora a religião tenha frequentemente unido nações, também foi utilizada como ferramenta de exclusão e perseguição de minorias religiosas.

- Exemplo histórico: durante a Inquisição Espanhola a religião foi utilizada como instrumento de purificação nacional, resultando na expulsão de judeus e muçulmanos da Espanha sob o pretexto de preservar a “pureza” da nação cristã.
- Exemplo histórico: nos Bálcãs o nacionalismo religioso alimentou o conflito entre sérvios ortodoxos, croatas católicos e bósnios muçulmanos durante as Guerras Iugoslavas na década de 1990.

Fundamentalismo religioso e nacionalismo

O fundamentalismo religioso frequentemente se alia ao nacionalismo, criando movimentos que defendem uma interpretação literal dos textos sagrados como fundamento para políticas públicas e sociais.

- Exemplo histórico: o movimento Hindutva na Índia promove a ideia de que a Índia deve ser um Estado hindu, marginalizando minorias como muçulmanos e cristãos.
- Exemplo histórico: nos Estados Unidos, o Cristianismo Evangélico tem uma forte influência sobre setores nacionalistas, influenciando políticas públicas em questões como imigração, aborto e direitos LGBTQIA+.

A religião como causa de conflitos nacionais

Em alguns casos a religião não apenas influencia o nacionalismo, mas também se torna a principal causa de conflitos.

- Exemplo histórico: o conflito entre Israel e Palestina possui profundas raízes religiosas e territoriais, com disputas sobre locais sagrados e a reivindicação de terras como promessa divina.
- Exemplo histórico: na Irlanda do Norte o conflito entre católicos (nacionalistas) e protestantes (unionistas) resultou em décadas de violência conhecida como “The Troubles”.

Nacionalismo secular e religião

A separação entre religião e Estado

Em algumas nações o nacionalismo assumiu uma postura secular, defendendo a separação entre religião e Estado como forma de garantir igualdade entre cidadãos de diferentes credos.

- Exemplo histórico: na França o princípio do laicismo (“laïcité”) tornou-se um pilar fundamental do Estado, garantindo que a religião não interferisse na administração pública.
- Exemplo histórico: na Turquia, sob a liderança de Mustafa Kemal Atatürk, o país adotou reformas para secularizar o Estado, removendo o Islã como religião oficial e promovendo uma identidade nacional laica.

A religião como patrimônio cultural

Mesmo em Estados laicos a religião muitas vezes é preservada como parte do patrimônio cultural nacional.

- Exemplo histórico: no Reino Unido, apesar da separação formal entre Igreja e Estado, a Igreja Anglicana mantém uma forte conexão simbólica com a identidade nacional britânica. Constantemente apelavam para o caráter sagrado de suas missões, apresentando suas causas como vontade divina.
- Exemplo histórico: na Rússia czarista o Cristianismo Ortodoxo foi central para legitimar o poder do Czar, considerado o “protetor da fé”. A Igreja Ortodoxa Russa colaborava ativamente com o Estado para manter a ordem social e reforçar a autoridade do governante.
- Exemplo histórico: em Israel a criação do Estado em 1948 foi profundamente influenciada por elementos religiosos. O Judaísmo serviu como base para reivindicações históricas e culturais, reforçando o caráter nacional do Estado judeu.

RELIGIÃO E POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

No cenário global atual a religião e a política permanecem entrelaçadas apesar dos esforços de secularização em muitos países. Em algumas nações a religião mantém um papel central nas estruturas de poder, enquanto em outras atua como ferramenta de resistência ou mobilização social. Movimentos religiosos influenciam desde políticas públicas até revoluções sociais, desafiando a neutralidade do Estado laico.

A globalização e o avanço das tecnologias de comunicação também deram nova dimensão às questões religiosas, permitindo que movimentos religiosos se organizem globalmente, ao mesmo tempo que fomentam tensões locais. As religiões continuam a influenciar debates sobre direitos humanos, bioética, imigração e justiça social, revelando-se como uma força política significativa.

Fundamentalismo religioso no mundo contemporâneo

O fundamentalismo religioso pode ser definido como um movimento que busca retornar às origens mais puras de uma religião, rejeitando interpretações modernas e o avanço do secularismo. Esse fenômeno não é exclusivo de uma religião específica, ocorrendo no Cristianismo, Islamismo, Judaísmo, Hinduísmo e Budismo.

Causas do fundamentalismo religioso

O crescimento do fundamentalismo religioso está relacionado a uma combinação de fatores históricos, sociais, econômicos e culturais:

- Crise de identidade: a globalização diluiu fronteiras culturais, levando muitas comunidades numa busca de refúgio em interpretações rígidas de suas tradições religiosas.
- Desigualdade econômica: a pobreza e a falta de oportunidades têm levado comunidades marginalizadas a se unirem em torno de lideranças religiosas radicais.
- Insegurança social: guerras, instabilidade política e crises humanitárias muitas vezes abrem espaço para movimentos fundamentalistas que oferecem respostas claras e soluções simples para problemas complexos.

Fundamentalismo islâmico

O fundamentalismo islâmico emergiu com força no século XX impulsionado por fatores como a descolonização, a interferência ocidental no Oriente Médio e a busca por uma identidade cultural e religiosa autêntica.

- Exemplo contemporâneo: o Estado Islâmico (ISIS) proclamou um califado em 2014, impondo sua versão radical da Sharia e realizando atos de terrorismo em escala global.
- Impacto político: governos como o do Talibã no Afeganistão implementaram políticas baseadas em interpretações extremas do Islã, restringindo direitos das mulheres e suprimindo dissidências políticas.

Fundamentalismo cristão

O fundamentalismo cristão tem forte presença nos Estados Unidos, onde grupos conservadores influenciam políticas públicas em temas como aborto, imigração e direitos LGBTQIA+.

- Exemplo contemporâneo: o movimento “Christian Right” nos EUA tem grande influência em eleições presidenciais e na formulação de políticas conservadoras.

- Impacto social: a rejeição ao ensino de teorias científicas, como a evolução, e a promoção de políticas restritivas refletem essa influência.

Fundamentalismo hindu

Na Índia o movimento Hindutva busca estabelecer uma identidade nacional hindu, marginalizando minorias religiosas como muçulmanos e cristãos.

- Exemplo contemporâneo: o partido Bharatiya Janata Party (BJP) implementou políticas nacionalistas baseadas em princípios religiosos hindus.
- Impacto político: leis anticonversão têm sido usadas para restringir práticas religiosas de minorias.

Fundamentalismo judaico

Em Israel grupos fundamentalistas judaicos têm influenciado políticas públicas, especialmente em relação aos assentamentos na Cisjordânia e às disputas sobre Jerusalém.

- Exemplo contemporâneo: movimentos como “Gush Emunim” defendem a expansão dos assentamentos judeus em territórios palestinos, com base em interpretações religiosas.
- Impacto político: as tensões aumentam na região, dificultando soluções pacíficas para o conflito israelo-palestino.

Religião e direitos humanos

A relação entre religião e direitos humanos no mundo contemporâneo é ambígua. Enquanto algumas tradições religiosas têm sido fundamentais na promoção de direitos e justiça social, outras têm sido usadas para justificar discriminação, opressão e violência.

Religião como protetora dos direitos humanos

- Exemplo contemporâneo: o movimento pelos direitos civis nos EUA, liderado por Martin Luther King Jr., foi profundamente inspirado por valores cristãos.
- Exemplo contemporâneo: o Papa Francisco tem sido um forte defensor dos direitos dos migrantes e do combate às mudanças climáticas.

Religião como obstáculo aos direitos humanos

- Exemplo contemporâneo: em países como Arábia Saudita e Irã a lei islâmica (Sharia) é usada para justificar restrições aos direitos das mulheres e minorias religiosas.

- Exemplo contemporâneo: em alguns estados norte-americanos certas políticas restritivas contra direitos reprodutivos são frequentemente justificadas por argumentos religiosos.

Religião, liberdade e diversidade

O respeito à diversidade religiosa e à liberdade de crença é essencial para a construção de sociedades pacíficas. Estados laicos têm buscado garantir esses direitos, mas enfrentam desafios constantes.

- Exemplo contemporâneo: a França adota uma política rígida de laicismo (“laïcité”), proibindo símbolos religiosos em espaços públicos.
- Exemplo contemporâneo: no Brasil debates sobre o ensino religioso em escolas públicas e sobre símbolos religiosos em prédios públicos permanecem controversos.

O papel das religiões nos conflitos e na paz

As religiões desempenham papéis paradoxais nos conflitos contemporâneos: podem ser tanto agentes de paz quanto fatores de polarização e violência.

- Exemplo positivo: a Teologia da Libertação na América Latina promoveu movimentos sociais voltados para a justiça social e a igualdade.
- Exemplo negativo: o conflito entre Israel e Palestina é marcado por profundas raízes religiosas e territoriais.

Religião como mediadora de conflitos

Líderes religiosos têm desempenhado papéis importantes como mediadores em conflitos globais.

- Exemplo contemporâneo: o Papa João Paulo II foi mediador em diversas crises internacionais, incluindo a disputa entre Argentina e Chile.

CONCLUSÃO GERAL

A relação entre religião e política é uma das mais duradouras e complexas da história humana. Este trabalho buscou investigar como essas duas esferas interagiram desde a Antiguidade até a Era Contemporânea, influenciando diretamente a formação de estruturas sociais, políticas e culturais. Mais do que uma linha contínua, essa relação apresentou momentos de cooperação, tensão, ruptura e transformação que moldaram sociedades e redefiniram fronteiras de poder.

Síntese dos principais resultados

Na Antiguidade a religião estava profundamente entrelaçada ao poder político. Governantes, como os faraós egípcios (ASSMANN, 2005) e os reis mesopotâmicos (BOTTERO, 2010), utilizavam a religião como ferramenta de legitimação do poder e controle social. Nas civilizações greco-romanas (BEARD, 2016) templos e rituais eram fundamentais para o funcionamento das cidades-estado e impérios.

Na Idade Média o Cristianismo e o Islamismo se consolidaram como estruturas centrais de poder. Na Europa a Igreja Católica tornou-se a instituição mais influente, atuando não apenas como líder espiritual, mas também como força política e econômica (LE GOFF, 2013). No mundo islâmico o Califado uniu religião e Estado, criando uma estrutura político-religiosa sólida (LEWIS, 2003).

Durante o Período Colonial o Cristianismo foi amplamente utilizado para justificar a expansão europeia, enquanto o Islamismo expandiu-se por meio do comércio e do ensino religioso (RUNCIMAN, 2012). Esse período deixou marcas profundas que ainda reverberam nas sociedades pós-coloniais.

Na Era Moderna a Reforma Protestante (CHADWICK, 1992) e as Revoluções Políticas redefiniram o papel da religião na política. A separação entre Igreja e Estado tornou-se um princípio fundamental em muitas nações e o Protestantismo, segundo Weber (2004), impulsionou o surgimento do capitalismo moderno.

No nacionalismo moderno a religião serviu tanto como força de coesão quanto como instrumento de exclusão. Na Polônia a Igreja Católica desempenhou um papel central na resistência contra invasões estrangeiras (HOBSBAWM, 1990). Já na Índia o movimento Hindutva ilustra o uso da religião como ferramenta política para a exclusão de minorias (LEWIS, 2003).

Na Era Contemporânea a religião continua a ser um elemento central nas disputas políticas e sociais. O crescimento do fundamentalismo religioso (HUNTINGTON, 1997) representa um desafio significativo, enquanto líderes religiosos, como o Papa Francisco, desempenham um papel essencial na promoção dos direitos humanos e do diálogo inter-religioso (ARMSTRONG, 2007).

Contribuições do estudo

Este estudo permitiu identificar padrões históricos na relação entre religião e política:

- A religião frequentemente atuou como uma ferramenta de legitimação do poder político, conferindo autoridade divina aos governantes;
- Foi também um meio de controle social, oferecendo um sistema moral que moldava comportamentos e mantinha a ordem social;
- Em diversos momentos movimentos religiosos serviram como forças de resistência política contra governos opressores ou injustiças sociais;

- Por outro lado, a manipulação religiosa por interesses políticos resultou em guerras, perseguições e exclusões sociais.

O estudo também evidenciou que a secularização não significou o desaparecimento da religião na esfera pública, mas sim sua transformação em novas formas de influência política.

Desafios atuais

A interação entre religião e política no século XXI apresenta desafios significativos:

1. Crescimento do fundamentalismo religioso. Movimentos radicais continuam a desafiar democracias, direitos humanos e o equilíbrio político (HUNTINGTON, 1997);
2. Fragilidade do Estado laico. Em muitos países grupos religiosos tentam influenciar diretamente políticas públicas, criando tensões sociais e legais;
3. Polarização política. Temas morais, como aborto, direitos LGBTQIA+ e imigração, frequentemente são explorados por grupos religiosos para fins políticos;
4. Liberdade religiosa. Em algumas nações minorias religiosas ainda enfrentam perseguições e restrições;
5. Diálogo inter-religioso. A promoção do diálogo entre diferentes tradições religiosas é fundamental para a construção de sociedades mais pacíficas e inclusivas.

Reflexão final

A religião continua a ser um elemento central na estruturação das sociedades humanas, influenciando valores, identidades e sistemas políticos. Ao longo da história ela foi tanto instrumento de poder quanto força de resistência: foi responsável por unir sociedades e, em outros momentos, por fragmentá-las.

No mundo contemporâneo o desafio central está em equilibrar liberdade religiosa, neutralidade estatal e respeito aos direitos humanos. Como aponta Karen Armstrong (2007), a religião reflete “as mais profundas aspirações humanas, mas também os medos mais sombrios”.

A compreensão crítica dessa relação é, portanto, fundamental para promover sociedades mais justas, inclusivas e tolerantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a relação entre religião e política transcende as barreiras temporais e culturais, permanecendo uma questão central para a compreensão das dinâmicas sociais globais. Ao mesmo tempo em que a religião oferece esperança, valores e coesão social, seu uso político inadequado pode levar à opressão e ao conflito.

Compreender essa interação é uma tarefa urgente e permanente, especialmente em um mundo onde as fronteiras entre o espiritual e o secular continuam a ser renegociadas diariamente. A busca por diálogo, respeito mútuo e justiça deve ser o norte para o futuro dessa relação complexa e multifacetada.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Karen. **História de Deus: uma jornada pela história das religiões monoteístas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ASSMANN, Jan. **A religião egípcia: do politeísmo ao monoteísmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEARD, Mary. **SPQR: uma história da Roma Antiga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BOTTERO, Jean. **A religião na Mesopotâmia**. São Paulo: Paulus, 2010. CHADWICK, Owen. **A reforma**. São Paulo: Loyola, 1992.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações**. São Paulo: Record, 1997.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. São Paulo: Edições 70, 2013.

LEWIS, Bernard. **O Islã e o ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2018.

McGRATH, Alister. **Teologia cristã: uma introdução**. São Paulo: Loyola, 2005.

OTTO, Rudolf. **O sagrado: um estudo do elemento não-racional na ideia do divino**. São Paulo: Loyola, 1992.

RUNCIMAN, Steven. **História das cruzadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STARK, Rodney. **O crescimento do cristianismo: como a maior religião do mundo se expandiu**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.